



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador  
**Marcos Cavalcanti de Albuquerque**

## **ACORDÃO**

**Relator:** Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque

**Apelação Cível – nº. 0003387-95.2014.815.0371**

**Apelante:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A – Adv.: Rodrigo Ayres Martins de Oliveira (OAB/PB Nº 21.887-A) e Suélio Moreira Torres (OAB/PB 15.477).

**Apelada:** Jucicleide Oliveira de Sousa Abrantes – Adv.: Luci Gomes de Sena Formiga (OAB/PB 12.725) e Ivaldo Gabriel Gomes (OAB/PB 18.569).

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT - **PRELIMINAR:** CARÊNCIA DE AÇÃO – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR – PAGAMENTO ADMINISTRATIVO – REJEIÇÃO – **MÉRITO** - SEGURO OBRIGATÓRIO – ACIDENTE DE TRÂNSITO - NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE OCORRIDO E AS LESÕES - COMPROVAÇÃO - APLICAÇÃO DO ANEXO DA LEI 6.194/74 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.945/2009 – VALOR DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE – LAUDO MÉDICO – GRADAÇÃO CORRETA – INDENIZAÇÃO - PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A MENOR – QUITAÇÃO - DIFERENÇA DEVIDA - **DESPROVIMENTO DO APELO.**

- O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum, legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei nº 6.194/74, não se traduz em renúncia a este, de forma que se mostra admissível postular em juízo a sua complementação.

- Comprovado o nexo de causalidade entre o acidente narrado e os danos físicos permanentes experimentados pela parte, os quais também

foram suficientemente demonstrados em juízo, a indenização securitária proporcional é devida.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados.

Acordam os desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça, por unanimidade, em rejeitar a preliminar e, no mérito, por igual votação, negar provimento ao apelo.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Cível interposta pela **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, hostilizando a sentença do Juízo de Direito da 7ª Vara da Comarca de Sousa/PB que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT que lhe move **Jucicleide Oliveira de Sousa Abrantes**, julgou parcialmente procedente o pedido contido na inicial.

Nas razões recursais (fls. 61/69), sustenta, em suma, a seguradora apelante, a preliminar de carência de ação pela ausência de interesse de agir. No mérito afirma que devem ser observadas, para o cálculo do valor da indenização, as disposições da Lei 11.945/2009 e da Súmula 474 do STJ.

Ao final, pugna pelo provimento do recurso no sentido de que seja reformada a sentença. Mas que, em caso de manutenção da condenação, requer, caso haja fixação de honorários de sucumbência, que os mesmos não ultrapassem o percentual de 15%, conforme previsão do art. 11, §1º, da Lei 1060/50.

Intimando, o apelado apresentou contrarrazões rebatendo as argumentações expendidas nas razões da apelação e requerendo o desprovimento do recurso. (fls. 85/88).

Instada a se pronunciar, a Procuradoria de Justiça opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso, para manter integralmente a sentença. (fls. 97/101).

É o relatório.

**V O T O**

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

**PRELIMINAR - Carência de Ação – Falta de interesse de agir.**

Cumpre inicialmente analisar a preliminar, levantada pela seguradora recorrente, de carência de ação por falta de interesse de agir, ao argumento de que já houve o pagamento da indenização securitária na esfera administrativa.

A preliminar não prospera.

O fato da ora recorrida ter recebido parte da indenização na esfera administrativa não subtrai seu direito de questionar, judicialmente, eventual diferença que entenda devida.

O direito de ação é conferido a todo e qualquer cidadão, não constituindo óbice, no caso, à pretensão da autora/recorrida a ausência de interpelação administrativa.

Nesse sentido:

**DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO SUMÁRIO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.** O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei n. 6194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. Precedentes. (STJ - REsp: 363604 SP 2001/0110490-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 02/04/2002, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 17.06.2002 p. 258).

Desse modo, o recebimento de parte da indenização securitária do seguro DPVAT, na esfera administrativa, não subtrai o direito do

beneficiário de questionar, judicialmente, eventual diferença entre o que foi pago e o que está previsto em lei.

Portanto, não existe óbice, ao ingresso em via judicial para requerimento de complemento de pagamento a quem é devido. Muito pelo contrário, a Constituição Federal, em seu art. 5º, XXXV, dispõe que: *“A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”*.

Cabe, ressaltar que o Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº. 631.240/MG (Tema 350), de Relatoria do Ministro Roberto Barroso, decidiu que o prévio requerimento administrativo é condição para o acesso ao poder judiciário nas ações de cobrança de seguro DPVAT.

Veja-se:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR.** 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo – salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração –, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos

tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima – itens (i), (ii) e (iii) –, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora – que alega ser trabalhadora rural informal – a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a

subsistência ou não do interesse em agir.

E ainda decidiu:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. **CONSTITUCIONAL. SEGURO DPVAT. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO: CONDIÇÃO PARA ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO.** EXIGIBILIDADE. RESSALVAS APLICÁVEIS AOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO. PRECEDENTE. RECURSO PROVIDO. (STF – RE 826892/MA; Relatora: Ministra Cármen Lúcia; Julgamento: 19/09/2014; Divulg 02/10/2014; Public 03/10/2014).

Em que pese o entendimento supracitado, a Colenda Suprema Corte mitigou a determinação e estabeleceu uma regra de transição, para fins de aplicação às ações em tramitação. Desta feita, no tocante às ações propostas até a conclusão do julgamento do recurso extraordinário, ocorrido em 03/09/2014, nas quais não tenha havido prévio requerimento administrativo, quando exigível, deverá ser observado o seguinte, conforme explicitado no trecho abaixo do citado acórdão paradigma:

*“Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir.”*

Desta forma, levando em consideração que o ora apelado ajuizou a ação em 25/08/2014 (fl. 17), tal situação se encaixa perfeitamente nas regras de transição estabelecidas no REXT. Nº 631.240/MG, não havendo o que se falar em carência de ação por falta de interesse de agir.

Sendo assim, **rejeito** a preliminar de carência de ação.

## **MÉRITO**

Cinge-se a controvérsia recursal em apurar se presentes os requisitos para pagamento de complementação da indenização do seguro DPVAT.

Inicialmente, deve-se destacar que o artigo 5º da Lei nº 6.194/74 estabelece que: "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".

Após analisar detidamente os autos, verifico que os requisitos para pagamento da indenização do seguro DPVAT restaram devidamente comprovados pelos documentos que acompanham a inicial.

Conclui-se que restou provado que a ora recorrida teve danos corporais em decorrente do acidente narrado nos autos, o que ocasionou debilidade parcial de 50% no membro superior direito e debilidade parcial de 50% do membro superior esquerdo, conforme laudo traumatológico (fls. 23/25).

Percebe-se, portanto, que a invalidez do apelado, apesar de não ser total, é permanente, fazendo jus a uma indenização nos moldes previstos no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.945/2009. Vejamos:

**"Art. 3º.** *Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

**II** - *até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*

**§1º** *No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou*

*parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

**II** - *quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais."*

Portanto, tendo em vista o quadro de invalidez permanente com perda anatômica, o anexo da referida norma, incluído pela Lei 11.945/2009, previu uma indenização de 70% sobre o valor estabelecido no inciso II do art. 3º da Lei 6.194/74, no caso de "Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores"

Desta forma, entendo que não merece reforma a sentença combatida, pois 70% de R\$ 13.500,00, (treze mil e quinhentos reais) corresponde a R\$ 9.450,00, (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais) e tendo o apelado sofrido uma redução de 50% das funções, tanto do seu membro superior direito, quanto do esquerdo, o valor a ser indenizado é de 2 x R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), que corresponde a R\$ 9.450,00, (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

E, diante do pagamento na via administrativa, do valor de R\$ 6.412,50 (seis mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos), conforme fl. 16, o valor remanescente da indenização securitária é de R\$ 3.037,50 (três mil, trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Isto Posto, **REJEITO A PRELIMINAR** de carência de ação por falta de interesse de agir e **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO APELATÓRIO**, para manter inalterada a sentença de primeiro grau.

Deixo de majorar os honorários fixados na sentença, pois os mesmos já foram fixados em 20% (vinte por cento), sobre o valor da



condenação, sendo este o limite estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015, para a fase de conhecimento.

É como voto.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Senhor Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque. Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Marcos Cavalcanti de Albuquerque – Relator, Eduardo José de Carvalho Soares (Juiz convocado para substituir a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria das Graças Moraes Guedes) e Wolfram da Cunha Ramos (Juiz convocado para substituir o Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides).

Presente ao julgamento o Excelentíssimo Senhor Doutor Rodrigo Marques da Nóbrega, Promotor de Justiça convocado.

Sala de sessões da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 17 de julho de 2018.

Desembargador **Marcos Cavalcanti de Albuquerque**  
R e l a t o r